

# UM APANHADO HISTÓRICO DO ENSINO JURÍDICO NO BRASIL E SUA TRAJETÓRIA CURRICULAR \*

## A HISTORY OVERVIEW OF JURIDICAL TEACHING IN BRAZIL AND ITS TRAJECTORY CURRICULUM

*NERI TISOTT \*\**

*JOSÉ SEBASTIÃO DE OLIVEIRA \*\*\**

### **Resumo**

O ensino jurídico no Brasil teve início durante o Império Brasileiro; o objetivo principal foi a formação de uma elite capacitada para o exercício de cargos públicos do alto escalão da administração pública imperial. Necessidade esta que nascera com a emancipação política brasileira pela independência do Brasil, o qual não possuía brasileiros aptos a tais cargos. O controle do ensino era exercido pela corte imperial, que mantinha os cursos em funcionamento. Os cursos jurídicos, inicialmente, tiveram uma perspectiva de engessamento e

### **Abstract**

The legal education in Brazil began during the Brazilian Empire; the main objective was the formation of an elite able to exercise public office high-ranking the imperial government. This need born with the political emancipation of Brazil Brazilian independence, which had no Brazilian capable of such positions. The control of education was exercised by the imperial court, who kept them in operation. The law courses initially had a prospect of splinting and control by the imperial government,

---

\* Artigo recebido em 21-01-2013 e aprovado em 26-07-2013.

\*\* Discente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas, do Centro Universitário de Maringá – CESUMAR. *E-mail:* ner.yt@hotmail.com

\*\*\* Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP; Docente e Coordenador do Curso de Mestrado em Ciências Jurídicas do Centro Universitário de Maringá – CESUMAR – PR; Aluno de Pós-Doutoramento na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

controle por parte do governo imperial; este fixava as disciplinas e fiscalizava os conteúdos, nomeava os lentes; somente com o amadurecer das instituições brasileiras é que teve uma maior abertura e uma modernização, formando profissionais para atuarem como advogados nas áreas jurídicas, com uma perspectiva mais atuante na atividade forense. Na atualidade, desenvolve cursos básicos uniformes e não desfruta da possibilidade de flexibilização propiciada pela legislação. O controle da qualidade do ensino é feito pelo Estado, o que se conclui ser um traço histórico do ensino brasileiro.

### **Palavras-chave**

Ensino Jurídico – Cursos – Direito – Currículos – Flexibilização – Engessamento – Legislação – Controle – Qualidade

this fixed disciplines and oversaw the content, named the lenses, only with mature Brazilian institutions had is that greater openness and modernization, forming professionals to work as lawyers in legal areas, with a more active in forensics. In actuality, develops core courses uniforms and not enjoying the flexibility afforded by the possibility of legislation. The control of the quality of teaching is done by the state that concludes that a historical trait of Brazilian education.

### **Keywords**

Legal Education – Law – Courses – Curricula – Teaching – Relaxation – Splinting – Legislation – Control – Quality

### **Sumário**

1. Introdução e objetivo do trabalho. 2. A evolução do ensino jurídico e seus reflexos na grade curricular dos cursos de Direito. 3. O currículo mínimo e o currículo pleno e a Resolução n. 3/72 do Conselho Federal de Educação. 4. O engessamento dos currículos jurídicos e sua flexibilização ao longo dos tempos. 5. A Portaria-MEC n. 1886 de 30-12-1994. 6. O ENEM/ENADE e o controle de qualidade do ensino jurídico. 7. Conclusão.

## **Introdução e objetivo**

O presente trabalho traz, em seu bojo, uma análise breve da evolução histórica do ensino jurídico no Brasil, passando por um apanhado da codificação e do Direito brasileiro, ainda quando colônia de Portugal, e sua relação com o Direito português. Posteriormente, demonstra o modelo inicial proposto pelo Império para as primeiras faculdades de Direito criadas no Brasil.

No presente trabalho, pretende-se analisar os currículos iniciais, propostos pelas primeiras instituições, bem como a grade curricular das disciplinas, suas principais modificações e atualizações no decorrer dos tempos, formar um parâmetro entre os currículos iniciais e os modelos atuais, e seu percurso no tempo.

Fazer a devida distinção dos modelos e cursos jurídicos: cultural, humanístico, ou prático, formador da ideia e do pensamento, e o outro profissionalizante ou técnico, mais informativo.

Analisar, em uma perspectiva acadêmica, as transformações dos modelos jurídicos dos cursos de Direito, as principais disciplinas que entraram e permaneceram ou foram excluídas do currículo ao longo do tempo, desde a criação dos dois cursos de Direito de Olinda e São Paulo, em 1827; e qual foi a opção, em termos de modelo de curso jurídico, por parte de nossas escolas de Direito e por parte dos órgãos governamentais, e qual obteve mais aceitação pelas instituições de ensino.

Conceituar o que seja um currículo mínimo e currículo pleno, para os cursos de Direito, e o engessamento dos currículos jurídicos ou sua flexibilização ao longo dos tempos. Analisar a Portaria-MEC n. 1886, de 30-12-1994, bem como suas principais alterações e modificações, capazes de influenciar no ensino e aprendizagem do Direito.

Concluir com um ideal de currículo, levando-se em conta as exigências do Exame Nacional de Cursos (provão), exame de ordem e a necessidade do mercado de trabalho para a busca de um jurista de formação integral.

## 2. A evolução do ensino jurídico e seus reflexos na grade curricular dos cursos de Direito

A história brasileira conta que, em 21 de abril do ano 1500 d. C., a esquadra de Cabral chega a Terras de Vera Cruz (Brasil). Com a tomada de posse das terras Tupiniquins, até então desconhecidas, e batizadas como “Terras de Vera Cruz”, extensão do Reino Português, passa a vigorar a legislação portuguesa em terras brasileiras, sendo que os primeiros a se abrigarem sobre essa legislação são os próprios descobridores do Brasil e tripulantes da esquadra de caravelas de Cabral.

<sup>1</sup>À época, vigorava em Portugal as Ordenações Afonsinas; era o reinado de D. João I, o qual determinou que fossem compiladas todas as ordenações imperiais da coroa portuguesa, por enfrentar problemas quanto ao cumprimento destas por seus súditos. Mas foi por volta de 1446, já na regência de D. Pedro, que foram revistas com referências elogiosas ao infante.

O exposto acima reflete as condições da legislação portuguesa, bem como já existir um Direito codificado, que se encontrava disperso, havendo um levante de desobediência das normas imperiais portuguesas; em face do que se fez necessária a compilação da legislação imperial portuguesa, a qual demorou mais de 20 anos para ficar pronta, pela sua vastidão e pela falta de imprensa da época.

Somente em 1508, para suceder as Ordenações Afonsinas, é que passam a vigorar as Ordenações Manuelinas, devido a uma nova revisão, agora no reinado de D. Manuel, que encara novamente um problema de divulgação e submissão por parte dos súditos às Ordenações do Reino Português.

Nesse viés

<sup>2</sup>Impunha-se agora, a tarefa de por em letra de forma as Ordenações. Ainda como mais de 50 anos tinham decorrido

---

1 – GOMES DA SILVA, Nuno J. Espinosa. *História do Direito Português*: Fontes de Direito, 1991, 2ª ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 246.

2 – GOMES DA SILVA, Nuno J. Espinosa. *História do Direito Português*: Fontes de Direito, 1991, 2ª ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 266.

sobre a compilação Afonsina, torna-se necessário um trabalho de revisão e atualização de seu texto, tendo em atenção a legislação extravagante, publicada. Por isso, em 1505, foi encarregado da reforma das *Ordenações* o Chanceler-Mor Rui Boto, que terá sido auxiliar de Rui de Grã e João Cotrim. Não sabemos quando terminou a obra de revisa. Sabemos sim que em Dezembro de 1512 saiu *Livro I* das novas *Ordenações*, crismadas depois, de *Manuelinas*, e, em Novembro de 1513, o livro II (impresso pelo alemão Valentim Fernandes); posteriormente, de Março a Dezembro de 1514, fez uma impressão completa dos cinco livros das Ordenações Manuelinas (executadas pelo italiano João Pedro Buinhomini). (GOMES DA SILVA, 1991, p. 266)

A explanação acima tece as dificuldades da época em codificar as normas de um Estado da época. Apesar de Portugal já possuir uma universidade desde 1377, diga-se há mais de trezentos anos, o estudo e a codificação do Direito, bem como a publicação das “*Ordenações*”, ainda eram rudimentares devido ao sistema jurídico precário da época, não se fazendo valer as normas impostas pela coroa. Nesse contexto, chega ao Brasil colônia, por intermédio de seu descobrimento, a imposição das leis da coroa portuguesa, situação que perdura até a independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822, ou seja, a legislação brasileira é a mesma de Portugal por mais de trezentos anos.

A transformação do Brasil colônia em um império independente de Portugal, leva à necessidade da criação de um quadro de indivíduos capazes de amparar politicamente o novo império, recém-emancipado. Nessa perspectiva de formação de possíveis burocratas, funcionários do alto escalão, à altura de um Estado independente, é que se percebe a necessidade de criar locais apropriados para o ensino do direito no Brasil, segundo a leitura de REALE, 2002.

<sup>3</sup>O império instaurado em 1822, ao se tornar o Brasil, independente de Portugal, cuidará de assegurar bases jurídicas próprias à móvel nacionalidade, com a fundação, em 1827, de duas Faculdades de Direito: uma no Sul, em São Paulo, e outra no Norte, em Olinda, a seguir transferida para Recife. Foi em torno dessas duas Casas de jurisprudências que se desenvolveu toda a vida cultural humanística do País, não apenas o que se refere ao Direito, mas também em outros campos da ciência humana, desde os estudos dos filósofos, as criações literárias o que se explica pela inexistência de faculdades de filosofia e letras, somente constituídas a partir deste século. (REALE, 2002, p. 183)

Nesse caminho, a fundação dos cursos jurídicos no Brasil, no ano 1837, abre uma nova perspectiva para a consolidação do estado imperial, concomitante com a Constituição Imperial de 1823. A referida Constituição Imperial traz em seu bojo, em termos educacionais, um avanço considerável para o Brasil da época, que agora precisa qualificar indivíduos para as frentes burocráticas e políticas, assim, em seu texto, previu ensino primário gratuito para todos os cidadãos brasileiros, bem como a possibilidade da criação de instituição de colégios, universidades de ciências e belas artes, assim descrito em seu art. 179 e incisos XXXII e XXXIII, abaixo transcritos na íntegra.

<sup>4</sup>Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Cíveis, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Imperio, pela maneira seguinte.

---

3 – REALE, Miguel. *Horizontes do Direito e da História*, 3ª ed., São Paulo: Saraiva, 2000, 2ª tiragem, 2002, p. 183.

4 – [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm), acesso em 19-04-2012.

XXXII. A Instrucção primaria, e gratuita a todos os Cidadãos.  
XXXIII. Collegios, e Universidades, aonde serão ensinados os elementos das Sciencias, Bellas Letras, e Artes. (Constituição da República, 1924)

O Estado Brasileiro demonstra agora sua preocupação com o ensino primário, não menos necessário, mas também com o superior, pois durante todo o período colonial não teve investimentos nas áreas de ensino e educação. O estudo, na época, era ministrado por professores particulares, direcionado a famílias com posses e, na maioria dos casos, aos filhos homens, ficando de fora a maioria das mulheres, bem como os menos favorecidos financeiramente.

A demonstração de interesse pelo ensino jurídico no Brasil não fica só na Constituição Federal e em sua regulamentação; os cursos jurídicos criados no Brasil, nesta época, são controlados pelo Império, em sua totalidade.

<sup>5</sup>No império o Ensino do Direito se caracterizou por: (a) ter sido totalmente controlado pelo governo central. Os cursos, embora localizados nas províncias, foram criados e mantidos e controlados de forma absolutamente centralizada. Esse controle abrangia recursos, currículo, metodologia de ensino, nomeação dos lentes e dos diretores, definição dos programas de ensino e até dos compêndios adotados; (b) ter sido o jusnaturalismo a doutrina dominante, até o período em que foram introduzidas no Brasil o evolucionismo e o positivismo, em torno de 1870; (c) ter havido, em nível de metodologia de ensino, a limitação às aulas-conferência, no estilo de Coimbra; (d) ter sido local de comunicação das elites econômicas, onde elas formavam os seus filhos para ocuparem os primeiros escalões políticos

---

5 – RODRIGUES, Horácio Wanderlei; JUNQUEIRA, Eliane Botelho. *Ensino do direito no Brasil: diretrizes curriculares e avaliação das condições de ensino*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002, p. 19.

e administrativos do país; (e) por não ter acompanhado as mudanças que ocorriam na estrutura social. (RODRIGUES, 2002, p. 19)

O Estado brasileiro imperial, em um momento político de grande necessidade burocrata, investe na formação pessoal dos futuros agentes políticos e administrativos, para a construção de um Estado forte, mas não se descuida de seu controle, mantendo uma distância regulamentar entre os futuros políticos e seus propósitos, tanto é verdade, que mantém controle econômico, político e administrativo das Academias de Direito recém-fundadas pela lei de 11 de agosto de 1827.

A lei, de 11 de agosto de 1827, abarca determinações variadas, tratando, em seu artigo primeiro, da criação dos dois cursos de Ciências Jurídicas e Sociais, na cidade de Olinda, e o outro em São Paulo; o período é de cinco anos para a formação, bem como as seguintes cadeiras: (a) no primeiro ano eram ministradas as cadeiras de Direito Público, Análise da Constituição do Império, Direito das Gentes e Diplomacia; (b) no segundo ano, a continuação das cadeiras do ano anterior e uma cadeira de Direito Público Eclesiástico; (c) no terceiro ano, uma cadeira de Direito Civil, uma de Direito Criminal e uma de Teoria do Processo Criminal; (d) no quarto, continuação do Direito Civil e uma de Direito Mercantil e Marítimo; (e) no quinto ano, uma cadeira de Economia Política, Teoria e Prática do Processo adaptada pelas leis do Império.<sup>6</sup>

O texto da lei, integralmente disponível no sítio do Planalto, traz ainda determinação de que o “*governo nomeará 9 (nove) lentes proprietários e 5 (cinco) substitutos*”, fixa o valor remuneratório e período para aposentadoria, e a previsão de ensino fundamental preparatório para o ingresso nas Academias, assim disposto no artigo oitavo da lei:

<sup>7</sup>Art. 11.º - O Governo creará nas Cidades de S. Paulo, e Olinda, as cadeiras necessarias para os estudos preparatorios declarados no art. 8.º.

6 – [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LIM/LIM-11-08-1827.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-11-08-1827.htm), 19-04-2012.

7 – *Ibid.*



O dispositivo legal histórico e já revogado, transcrito, reflete a necessidade de se criar ensino preparatório, direcionado à regulação dos interessados em cursar as Academias de Direitos, pois o Estado brasileiro não dispunha de ensino básico. Nesse contexto, faz-se necessário a criação de escolas capazes de preparar os futuros acadêmicos de Direito.

Aqui pode-se fazer uma crítica, pois o Estado Imperial Brasileiro preocupa-se em criar cursos superiores e oferecer a jovens brasileiros de famílias abastadas, no intuito de formar uma elite política e burocrata, sem ao menos ter um ensino fundamental organizado; dessa forma o ensino jurídico nasce sem bases de conhecimentos mínimos para os futuros acadêmicos, sendo aberto o ensino superior somente para a elite econômica do País, a qual possuía condições financeiras de estudar sem subsídio estatal.

Outro ponto significativo, e o descrito no artigo nono da lei histórica, com relação ao título conferido para aqueles que o cursassem, é que seriam formados bacharéis, e os que se habilitassem, conforme os Estatutos, receberiam o grau de Doutor; sendo que somente esses poderiam ser nomeados lentes. Para melhor interpretar o dito, transcrevo o artigo na íntegra:

<sup>8</sup>Art. 9.º - Os que freqüentarem os cinco annos de qualquer dos Cursos, com aprovação, conseguirão o gráo de Bachareis formados. Haverá tambem o grão de Doutor, que será conferido áquelles que se habilitarem com os requisitos que se especificarem nos Estatutos, que devem formar-se, e sò os que o obtiverem, poderão ser escolhidos para Lentes.

A pergunta que se faz necessária agora é o que seria a expressão “*habilitação conforme os Estatutos*”, considerando que os termos usados são genéricos; é necessária uma visão do contexto da edição da referida lei, bem como do assunto tratado. Tais estatutos referem-se àqueles elaborados por Luís José de Carvalho e Melo, Visconde da Cachoeira, quando da criação do curso de direito no Rio de Janeiro, por força do decreto imperial de 9 de janeiro de 1825, criando provisoriamente um Curso Jurídico na Corte. Este

---

8 – [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LIM/LIM-11-08-1827.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-11-08-1827.htm).

curso, entretanto, não chegou a ser inaugurado. A notícia da existência de um curso já criado ao qual não foi dado efetivo implemento, desta forma, a lei resgata os documentos já existentes mas sem efeito algum para compor os novos cursos agora criados por lei imperial.

A explicação se dá em torno de que políticos brasileiros já pensavam na questão representativa no País por intelectuais conhecedores da legislação e se preocupavam em criar academias. Esta foi a proposta de José Feliciano Fernandes Pinheiro (Visconde de São Leopoldo) que:

“Ao elaborar-se a Constituição, em 1823, foi aprovada uma resolução de autoria de José Feliciano Fernandes Pinheiro (Visconde de São Leopoldo) no sentido de que a criação de uma universidade no Brasil deveria ser precedida pela fundação de, pelo menos, dois cursos jurídicos, a fim de sanar as dificuldades oriundas da falta de bacharéis para ocuparem os lugares onde houvesse maior carência de juizes e advogados. Ter-se-ia convertido em lei, não fora a dissolução da Assembléia Constituinte, que só durou seis meses, por D. Pedro 1.

Dois anos após a dissolução da Constituinte, criou-se, a titulo provisório, um curso jurídico no Rio de Janeiro, mas o alvará de permissão não chegou a ser cumprido.

Ficaram, entretanto, os “Estatutos”, muito bem elaborados, para este curso, que não funcionou, por Luis José de Carvalho e Melo (Visconde de Cachoeira). (SILVA, 2001, p. 307)

Pois bem, o título de doutor assegurado na lei de criação dos cursos jurídicos estava condicionado ao regulamento do curso jurídico, que não vingou para a província do Rio de Janeiro; esse, por sua vez, estabelecia que seria conferido o título de doutor àquele que desenvolvesse uma tese em forma de compêndio, em forma livre, condução e conteúdo inovador, sob a avaliação dos catedráticos da congregação.

---

9 – SILVA, E. M. T. Ensino de Direito no Brasil: perspectivas históricas gerais. *Psicologia Escolar e Educacional*, Campinas, v. 4, n. 1, p. 307-312, 2001. ISSN 1413-8557. <http://www.scielo.br/pdf/pee/v4n1/v4n1a08.pdf>.

Esse dispositivo demonstra uma preocupação de maior nível quanto ao profissional que fosse exercer o cargo de lente, ou seja, ele deveria estar habilitado em uma das profissões relacionadas ao bacharelado, e não somente ser bacharel para ser lente, necessitaria possuir o título de Doutor conferido pela congregação e após defender a tese.

Esse dispositivo põe em pauta uma discussão sobre a qualidade do ensino jurídico e que perdura durante toda a história dos cursos de Direito, bem como das orientações legislativas pela adequação dos currículos.

Quanto ao currículo, a lei imperial deixa claro qual é o seu propósito, é formar futuros burocratas para exercer cargos políticos e administrativos do Estado brasileiro, mas não se descuida da qualidade do profissional da época. Essa é a posição e também a visão de Rita de Araújo Neves, quanto à qualidade e à profissão.

<sup>10</sup>No período de 1827 a 1883, o estudo sociológico de Adorno (1998, apud LEITE, 2003) sobre a profissionalização dos bacharéis em São Paulo, indicou que as origens dos cursos jurídicos no Brasil estavam atreladas à intenção de constituir uma elite política coesa e disciplinada, fiel aos interesses do Estado. Segundo Maria Cecília Lorea Leite (2003), algumas interpretações citadas pelo referido autor traduzem a idéia de que o controle executado pelo Estado sobre o currículo, o método de ensino, os programas, os livros e a nomeação de professores inviabilizaram um trabalho de conscientização crítica, uma prática educativa libertadora, um projeto pedagógico comprometido com a sociedade brasileira. Posteriormente transferida, em 1854, para Recife (LEITE, 2003). Pelo contrário, o Ensino Jurídico no Império desenvolveu-se na perspectiva da perpetuação das estruturas de poder vigentes,

---

10 – NEVES, Rita de Araújo. Ensino jurídico: avaliando a aprendizagem a partir de uma experiência de associação teoria/prática, *JURIS*, Rio Grande, 11: 111-122, 2005. 113 Edição comemorativa, 45 anos, Direito/FURG. <http://www.seer.furg.br/index.php/juris/article/view/584/12>.

com características conservadoras, situando as Faculdades de Direito como instituições encarregadas de promover a sistematização e integração da ideologia jurídico-política do liberalismo (FARIA; MENGE, 1979 apud LEITE, 2003). Essa situação só começou a ser alterada a partir dos anos finais do Império, quando o debate sobre o ensino livre e a liberdade de ensinar tomou corpo. No Rio Grande do Sul, em 1900, foi fundada a Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, atendendo aos dispositivos específicos que regulamentavam a criação dos cursos livres (LEITE, 2003).

O ensino jurídico no Brasil parecia estático, situação que perdura, por longo período, aos olhos da corte brasileira e da elite política. Estava atendendo às necessidades da coroa, quando surge forte movimento político e democrático, mesmo estando no poder os militares. Toda transformação política brasileira passa pelas academias, sendo elas principais percussoras do conhecimento jurídico e político, capaz de formar indivíduos críticos, a ponto de terem ideologias libertadoras e democratas, que coincidem com a Proclamação da República, e diante dessa realidade é que, em 1895, surge a necessidade de alteração do currículo nos cursos de Direito.

As palavras de RODRIGUES, Horácio Wanderlei; JUNQUEIRA, Eliane Botelho no sentido de:

<sup>11</sup>A única alteração curricular, ocorrida durante o Império e que merece destaque, é a de 1854, que acrescentou as cadeiras de Direito Romano e Direito administrativo.

A proclamação da República, em 1889, trouxe algumas modificações que se revelam através de novidades curriculares. As mudanças, nesse nível, introduzidas com a queda do Império também as modificações políticas e epistemológicas que advinham

---

11 – RODRIGUES, Horácio Wanderlei; JUNQUEIRA, Eliane Botelho. *Ensino do direito no Brasil: diretrizes curriculares e avaliação das condições de ensino*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002, p. 23.

principalmente da aceitação da orientação positivista. A necessidade da imediata substituição, no Ensino do Direito, de alguns pressupostos do antigo regime, como o jusnaturalismo e a vinculação com a Igreja, comprova a importância política que era atribuída, na época, às então Faculdades de Direito. (RODRIGUES, 2002, p. 23)

Além de todo o controle por parte dos Estados, com relação ao ensino do Direito, esse sofre uma estagnação, pelos quase setenta anos de vida e submissão à coroa, e, mesmo com a Proclamação da República, o quadro educacional não sofre grandes alterações estruturais, mas, devido ao grande período de estagnação, qualquer modificação parece ser de grande valia, assim com a edição da Lei n. 314, de 30 de outubro de 1895, em um caráter de formação mais humanística capaz de ter críticas elogiosas às novas determinações de currículo e grade de disciplinas.

Ainda, quanto ao controle por parte estatal na época, é interessante destacar, na citação acima, a influência política dos cursos. Pensando em ideologias, nas faculdades de Direito, eram, na verdade, ministradas aulas em forma de conferência, onde se direcionava ao estudo categórico do que era permitido pela “congregação”, mas, a par desses ensinamentos, existia toda uma comunidade de acadêmicos, oriundos de famílias abastadas, que se davam ao luxo de viver em constantes reuniões e estudos literários, capazes de transformar suas visões ideológicas, não mais voltadas só ao estudo do Direito, mas uma concepção muitas vezes voraz por uma política idealista e contrária aos princípios políticos da época.

Quanto às disciplinas ministradas, essas estavam em grupos e em anos; cabe aqui aparentar um quadro ilustrativo dos três primeiros currículos, onde mostra que a grade curricular inicial se baseou no estatuto do Visconde da Cachoeira e que não se alterou nos primeiros anos, bem como manteve-se a orientação da lei que cria os cursos de Direito no Brasil Império.

<b>Estatuto do Visconde da Cachoeira de 23-3-1825</b>	<b>Lei Imperial de 11-8-1827</b>	<b>Regulamento jurídico Dec. n. 7 de 7-11-1831</b>
<b><u>1º Ano</u></b>	<b><u>1º Ano</u></b>	<b><u>1º Ano</u></b>
D. Natural	D. Natural	D. Natural
D. Público Universal	D. Público	D. Público
Institutos D. Romano	Análise da Const. Império, D. das Gentes, Diplomacia	Análise da CPIB
<b><u>2º Ano</u></b>	<b><u>2º Ano</u></b>	<b><u>2º Ano</u></b>
D. das Gentes	Continuação das matérias do ano anterior	D. Natural, D. Público
D. Público Marítimo	D. Público Eclesiástico	Análise da CPIB, D. Público Eclesiástico
D. Comercial		D. das Gentes, Diplomacia
<b><u>3º Ano</u></b>	<b><u>3º Ano</u></b>	<b><u>3º Ano</u></b>
D. Pátrio Público	D. Pátrio Civil	D. Civil Pátrio
D. Pátrio Particular	D. Pátrio Criminal	D. Pátrio Criminal
D. Pátrio Criminal	Teoria Proc. Criminal	
D. Público Eclesiástico		
<b><u>4º Ano</u></b>	<b><u>4º Ano</u></b>	<b><u>4º Ano</u></b>
Hermenêutica Jurídica	Cont. D. Pátrio Civil	D. Civil Pátrio
( <i>De Obligationibus, De Actionibus, De Jure Crimine</i> )	D. Mercantil	D. Mercantil e Marítimo
Economia Política	Direito Marítimo	
<b><u>5º Ano</u></b>	<b><u>5º Ano</u></b>	<b><u>5º Ano</u></b>
Hermenêutica Jurídica	Economia Política	Economia Política
Noções de Processo Civil Criminal	Teoria e Prática do Proc. Adotado pelas leis do Império	Teoria e Prática do Proc.

O quadro acima demonstra que em cinco anos não houve grandes modificações. Essa estrutura permaneceu aos mesmos moldes por longo tempo, porém, com a promulgação do (BASTOS, p. 90) <sup>12</sup>“Decreto nº 7.247,

12 – BASTOS, Aurelio Wander. *O ensino jurídico no Brasil*, 2ª ed., rev., atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000, 90 p.

*de 19 de abril de 1879, historicamente conhecido como o documento legal que implantou o ensino livre no Brasil, a liberdade de ensino e deu nova estrutura organizacional e curricular às faculdades de Direito*”, nesse contexto trouxe consideráveis modificações, dando uma nova roupagem ao mundo do ensino, em relação ao Direito, o qual se editou um novo currículo, deslocou algumas cadeiras para o curso de Ciências Sociais, que possui um objetivo mais voltado à área administrativa.

Das mudanças, em especial, o artigo primeiro trouxe: o ensino livre, primário e secundário, no município da corte, o superior em todo o Império e o ensino religioso não obrigatório para os não católicos.

Nesse diapasão, pronunciou-se o então senador João José de Oliveira Junqueira sobre o decreto e em especial ao ensino jurídico: <sup>13</sup>*“ninguém ainda disse que nos Cursos Jurídicos e outros do país só se ensinam doutrinas antisociais e anticatólicas, de modo que se vão incutindo na mocidade essas doutrinas, que não as melhores. Quem não conhece o prejuízo disso? Quem não conhece o risco dessa tolerância?”* (BASTOS, 2000, p. 98).

Na verdade o que ocorreu foi que, diante da ineficiência do Estado Imperial e sua inércia para com uma necessidade básica da população brasileira da época, o ensino, este se desenvolveu de forma privada e como foi chamado de *“ensino livre”*,

<sup>14</sup>O ensino livre resolveu um problema de base no ensino oficial superior nas províncias, inclusive na Corte, em qualquer época do conhecimento, principalmente jurídico. Com exceção de Olinda e São Paulo, todo o ensino jurídico no Brasil, inclusive o que se oficializou, nasceu e se desenvolveu a partir das faculdades livres. (BASTOS, 2000, p. 149)

No que tange ao novo currículo, a nova proposta retirou a rigidez do imperial, editado na Lei n. 1827, onde o estado mantinha o controle

---

13 – *Ibid.*, 98 p.

14 – *Ibid.*, 149 p.

até do conteúdo a ser ministrado e dos compêndios a serem produzidos, em uma espécie de censura ao ensino do Direito.<sup>15</sup> Agora, distribuiu-se de forma mais abrangente e profissionalizante e mais flexível, excluídas as cadeiras de Direito Eclesiástico, introduzidas cadeiras de Filosofia e História do Direito e Legislação Comparada sobre o Direito Privado.

A exclusão das cadeiras de Direito Eclesiástico e de Direito Natural configura claramente a cisão do Estado com a Igreja, retirando o caráter humanístico das faculdades de Direito.

O modelo de 1895, trazido pela Lei n. 314, de trinta de outubro, mostra as seguintes cadeiras: (a) no primeiro ano, Filosofia do Direito, Direito Romano, Direito Público Constitucional; (b) no segundo ano, Direito Civil, Direito Criminal, Direito Internacional Público e Diplomacia, Economia Política; (c) no terceiro ano, Direito Civil, Direito Criminal, Direito Militar e Regime Penitenciário, Ciências das Finanças, Contabilidade do Estado, Direito Comercial; (d) no quarto ano, Direito Civil, Direito Comercial, Teoria do Processo Civil, Comercial e Criminal, Medicina Pública; (e) no quinto ano, as cadeiras de Prática Forense, Ciência da Administração e Direito Administrativo, História do Direito e Legislação Comparada.

Esse novo modelo de currículo traz cadeiras relacionadas à administração do Estado, implantando uma visão de que o bacharel em Direito deveria se preocupar menos com as questões políticas e humanitárias do Estado e voltar-se mais para as questões de administração estatal e burocracias documentais necessárias.

Neste caminho do ensino do Direito, percorrido pela legislação, o Estado traça em linhas duras quais são os objetivos do curso de bacharelado em Direito e sua conveniência para a administração estatal, que agora passará por uma grande transformação política, tendo em sua trajetória a troca de regimes do Império para a República, e esta já sofre duros golpes democráticos, como ditaduras e consequentes suspensão de direitos políticos, repressão e recessos econômicos.

---

15 – RODRIGUES, Horácio Wanderlei; JUNQUEIRA, Eliane Botelho. *Ensino do direito no Brasil: diretrizes curriculares e avaliação das condições de ensino*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002. 23 p.



Apesar da abertura para os meios particulares, os currículos continuam a ser manipulados pelo Estado; esta é a observação que faz Aurélio Wander Bastos,

Como pode se observar, não existem diferenças significativas entre o currículo consolidado de 1931/1940 e o currículo de 1962, bastando notar, apenas que como na proposta original de Francisco Campos, em 1962, também se excluiu o Direito Romano e manteve o Direito Constitucional, incluindo no seu programa teoria do estado. (.....) (BASTOS, 2000, p. 284).

Segundo Horácio Wanderlei Rodrigues, <sup>16</sup>*no império o ensino do Direito caracterizou por ter sido totalmente controlado pelo governo central*, todo aparato educacional do ensino do Direito era custeado pela coroa, com a abertura foi uma saída para problemas econômicos e de má gestão, mas perigosa para os anseios sociais da elite brasileira; assevera ainda que:

<sup>17</sup>Inovação importante trazida pela República foi a possibilidade da criação das faculdades livres, instituições particulares que podiam funcionar regularmente, sob a supervisão do governo, gozando de todos os privilégios e garantias das faculdades públicas federais inclusive o direito de conferir grau acadêmico após o cumprimento, pelo aluno e pela instituição, das exigências contidas nos estatutos (provas e aprovações). Isso elevou razoavelmente o número de cursos, gerando, dessa forma, maiores possibilidades de acesso da classe média ao ensino superior. Elas surgiram em vários pontos do país, encerrando o dualismo exercido por São Paulo e Recife e dando início ao pluralismo de cursos jurídicos no país. Esse fato passou a ser apontado por muitos como um dos principais motivos

---

16 – RODRIGUES, Horácio Wanderlei. *Novo currículo mínimo dos cursos jurídicos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995, p. 10.

17 – *Ibid.*, p. 10.

da decadência do ensino do Direito no país. (RODRIGUES, 1995, p. 10)

Na verdade, hoje, constata-se que a abertura do monopólio do ensino, pelo Estado para instituições particulares, trouxe um avanço no percentual de formandos e, conseqüentemente, um crescimento intelectual da população brasileira, fazendo com que o País fosse melhor avaliado por órgãos internacionais nos dias de hoje.

Quanto à decadência do ensino jurídico em apressado, deve ser dito que possuímos, hoje, faculdades, tanto públicas como particulares, com excelentes cursos e outras de baixo rendimento de aprendizado, ou podemos assim dizer, com ensino decadente, o que não se deve atribuir só à disseminação dos cursos, mas a outros fatores reais que por hora deixo de mencionar.

Ainda nas palavras de Horácio Wanderlei Rodrigues:

<sup>18</sup>No período de 1930 a 1972, além das questões já destacadas, muito pouca coisa mudou em nível qualitativo no ensino jurídico: não existiram, novamente, grandes mudanças estruturais. Houve, nesse período, uma proliferação de cursos de Direito por todo o país, ampliando o acesso a eles por parte da classe média. As reformas efetuadas buscaram novamente dar um caráter mais profissionalizante ao curso e mantiveram a rigidez curricular, a exceção da realizada em 1962. A qualidade permaneceu, em geral, de baixo nível e o conteúdo desvinculado da realidade social. Continuou prevalecendo, na prática, a aula – conferência, embora seja nesse período que se inicia a pensar, principalmente com San Tiago Dantas, a crise da educação jurídica como um aspecto da crise do Direito e da sua cultura, e a criticar o ensino meramente legalista,

---

18 – RODRIGUES, Horácio Wanderlei; JUNQUEIRA, Eliane Botelho. *Ensino do direito no Brasil: diretrizes curriculares e avaliação das condições de ensino*. Florianópolis: Fundação Boiteux, p. 12.

defendendo, como meta pedagógica, o desenvolvimento do raciocínio jurídico. (RODRIGUES, 1995, p. 12)

A preocupação com o estudo e aprendizado do Direito gera uma comoção institucional, tanto pelo Estado como pela entidade de classe da categoria (OAB), em relação à formação dos cientistas e aplicadores do Direito, o então Conselho Federal de Educação, por meio da Resolução n. 3 de 1972, introduziu o novo currículo mínimo, na tentativa de reorganizar o ensino do Direito, período este denominado de contemporâneo.

### **3. O engessamento dos currículos jurídicos e sua flexibilização ao longo dos tempos**

O modelo do ensino jurídico, implantado no Brasil, foi a base do modelo de Coimbra, isto é, a maioria dos catedráticos que lecionaram nos primeiros cursos brasileiros, os que não eram portugueses, por sua vez, eram formados na metrópole, pela Universidade de Coimbra, que de fato cria uma hegemonia aos cursos brasileiros, e esse fato trouxe grande influência para o modelo do ensino do Direito, criado no Brasil na época, e influencia até os dias de hoje.

O currículo, criado pela lei de 1827, era de forma rígida, fixava as cadeiras a serem ministradas e o governo mantinha o poder e o controle sobre o ensino jurídico. Com o passar dos tempos, nasce a necessidade de modernização <sup>19</sup>“*à medida que se reconhece o fenômeno jurídico apenas como lei, o ensino se transforma*” gradualmente o governo foi “*abrindo portas*”, primeiro para o ensino privado, e posteriormente as flexibilizações, até chegarmos ao modelo atual.

<sup>20</sup>“*Houve, em 1962, pela primeira vez na história do ensino jurídico brasileiro, a implantação de um currículo mínimo – até aquele momento o*

---

19 – BASTOS, Aurelio Wander. *O ensino jurídico no Brasil*, 2ª ed., rev., atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000. 431 p.

20 – RODRIGUES, Horácio Wanderlei; JUNQUEIRA, Eliane Botelho. *Ensino do direito no Brasil: diretrizes curriculares e avaliação das condições de ensino*. Florianópolis: Fundação Boiteux.

*Estado, através dos órgãos competentes, havia sempre imposto currículos plenos*”, em aparente crise, onde as próprias instituições reconhecem que o estudo e o ensino do Direito não atendem às necessidades sociais. Estas são as palavras de Frederico Marcos Krüger:

<sup>21</sup>Em 1962 ocorreu a primeira mudança básica em nível curricular. O Conselho Federal de Educação, através do Parecer 215 implantou um currículo mínimo para o ensino do Direito, até então todos haviam sido plenos. Com essa mudança os cursos jurídicos poderiam se adaptar às necessidades regionais. A duração continuou fixada em 5(cinco) anos, nos quais deveriam ser estudadas, no mínimo as seguintes quatorze matérias: Introdução à Ciência do Direito; Direito Civil, Direito Comercial, Direito Judiciário Civil (com prática Forense), Direito Internacional Privado; Direito Constitucional (incluindo Teoria Geral do Estado), Direito Internacional Público; Direito Administrativo, Direito do Trabalho, Direito Penal, Medicina Legal, Direito Judiciário Penal (com Prática Forense), Direito Financeiro e Finanças; Economia Política. (KRÜGER)

O modelo inovador, de 1962, não alterou a estrutura básica dos cursos e fixou parâmetros mais técnicos. <sup>22</sup>*“Na prática continuou existindo um curso com rigidez curricular”*, pois as matérias estavam reguladas e impostas de forma a não poder esquivar as instituições de oferecê-las <sup>23</sup>*“além de que a enumeração das matérias mostrou novamente a tendência transformar o ensino jurídico em formador de técnicos do Direito”*, com a criação de cadeiras práticas e a eliminação das más matérias, de cunho humanístico,

---

21 – KRÜGER, Frederico Marcos. Evolução e adequação curricular do curso jurídico, *Revista eletrônica Âmbito Jurídico*, disponível em [http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=7196](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7196)

22 – RODRIGUES, Horácio Wanderlei. *Novo currículo mínimo dos cursos jurídicos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995, p. 43.

23 – *Ibid.*, 43.

que ofereciam ao acadêmico do Direito uma visão mais técnica da advocacia e do Direito e não dogmática, <sup>24</sup>“pois existia quase uma exclusividade de cadeiras estritamente dogmáticas”.

Nesse contexto nasce a Resolução n. 3 de 1972, do Conselho Federal de Educação (3/72/CFE), que faz parte do <sup>25</sup>“conjunto normativo que orientou as diretrizes de funcionamento do ensino jurídico brasileiro”, juntamente com o Parecer n. 215, do Conselho Federal de Educação, <sup>26</sup>“no período que vai de 1973 a 1974, tem como texto fundamental a resolução 3/72/CFE, que tratou do currículo mínimo, do número de horas-aula, da duração do curso e de outras normas gerais pertinentes à sua estruturação”.

O estudo da Resolução n. 3 de 72 e do Parecer n. 215 é importante para compreender uma série de atitudes tomadas pelas instituições reguladoras da educação, que estavam, agora, preocupadas com a qualidade do bacharel formado pelas instituições de ensino, e que viria a atuar no mundo jurídico, sendo um operador do Direito, “esta resolução além de definir a prática forense como uma nova disciplina, sob a forma de estágio supervisionado, sem fixar a sua carga horária, oferecida paralelamente ao exame de ordem”.

Assevera Aurelio Wander Bastos que a disciplina de Prática Forense, que até então era situação de estágio meramente <sup>27</sup>“acoplada a todos os currículos jurídicos desde a origem, foi esta Resolução que definitivamente, lhe deu caráter e natureza disciplinar, evitando a sua natureza de mero apêndice do ensino da Teoria ou do Processo”.

Álvaro Melo Filho faz severas críticas à reforma universitária da época, e em especial ao ensino do Direito; em sua obra ele expõe uma visão crítica e, quanto ao período mencionado, se manifesta da seguinte forma:

---

24 – *Ibid.*, 43.

25 – *Ibid.*, 43.

26 – *Ibid.*, 43.

27 – BASTOS, Aurelio Wander. *O ensino jurídico no Brasil*, 2ª ed., rev., atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000, 305 p.

<sup>28</sup>Em meio a tantas críticas e constantes preocupações, verifica-se que o curso de Direito transformou – se de celeiro das elites nacionais em refúgio da educação nacional, exatamente porque o ensino jurídico de 1827 para cá, ou seja nestes 176 anos mudou muito pouco tanto a sua estrutura metodológica e curricular, enquanto a sociedade mudou muito no tocante as suas necessidades. (MELO FILHO, 1984, p. 55)

Pontua ele que são necessárias mudanças drásticas para que o estudo e ensino do Direito seja novamente elitizado e volte a atender aos novos modelos e estilos de vida dos cidadãos brasileiros.

#### **4. O currículo mínimo e o currículo pleno e a Resolução n. 3 do Conselho Federal de Educação**

No tópico acima tratamos da reforma do ensino universitário de 1962, que trouxe a flexibilização do ensino jurídico no Brasil. Deixamos de conceituar o que foi na verdade esta flexibilização, que sofreu, na época, severas críticas, tanto construtivas com avaliação positiva como também uma visão mais clássica, ou pessimista, deixando de ser inovadora para ser desproposita e sem motivos para os mais conservadores, contrários a reformas.

Segundo Álvaro Melo Filho, cita em sua obra o professor Perreira Lela que, sem fazer maiores críticas, conceitua a proposição da resolução na época:

<sup>29</sup>Sem fazer apologia ou defesa do atual currículo, fixado pelo parecer 162/72 do CFE ressalta o professor Perreira Lela que razão pela qual foi escolhido o “currículos mínimo”, “único”, e não o sistema francês, de “currículos diversificado” (isto é

---

28 – MELO FILHO, Álvaro. *Metodologia do ensino jurídico*, 3ª ed., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 1984, 55 p.

29 – MELO FILHO, Álvaro. *Metodologia do ensino jurídico*. 3ª ed., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 1984, 42-43 p.

decomposto em uma parte fixa, comum a todos os alunos: e outra, parte variável, relacionada com os objetivos específicos) – é que esse “currículo diversificado” representaria uma revolução na tradição brasileira. Ademais, entese o CFE que o currículo mínimo cria uma restrição a autonomia universitária, pois exprime um controle na qualificação do diploma capaz de assegurar “privilégios” para o exercício da profissão de bacharel em direito. (MELO FILHO, 1984, p. 43-44)

Na verdade, a flexibilização do ensino do Direito nada mais foi do que uma abertura curricular, que estabelece uma relação com o Projeto Político-Pedagógico dos cursos, e o quadro de disciplinas com seu volume de horas-aula, onde o acadêmico decide entre as disciplinas oferecidas quais pretende cursar, e em que área do Direito pretende ter mais contato.

Outro porém, a flexibilização trouxe o conceito de currículo mínimo, que nada mais é que o volume de matérias obrigatórias expressas na Resolução n. 3/72 dentro do volume de horas-aula obrigatórias, juntamente com as atividades complementares que, na verdade, inteiram o currículo pleno, pode-se dizer que se transforma num currículo pleno quando disposto à totalidade das horas e disciplinas, juntamente com as atividades complementares.

Uma consideração que se pode fazer é quanto à previsão feita no artigo 3º da referida resolução, que em seu texto, juntamente com a flexibilização, trouxe a possibilidade de especialização específica nestes termos:

Art. 3º - Além da habilitação geral prescrita em lei as instituições poderão criar habilitações específicas, mediante intensificação de estudos em áreas correspondentes às matérias fixadas nesta Resolução e em outras que sejam indicadas nos currículos plenos.<sup>30</sup> (PORTARIA MEC N. 1.886/94)

---

30 – BRASIL. Portaria n. 1.886, de 30 de dezembro de 1994. Ministério da Educação. Fixa as diretrizes curriculares e o conteúdo mínimo do curso jurídico. Disponível em <http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/1997/Portaria1886-MEC.htm>, 10-08-2012.

O autor, Álvaro Melo Filho, em sua obra, traça um perfil das mudanças de 1972, e coloca não só sua opinião, mas muitas críticas tanto à legislação quanto por parte das instituições ao uso desta legislação; nesse ponto se manifesta da seguinte forma:

<sup>31</sup>No entanto, os cursos jurídicos não sabendo usar da liberdade de comportamento que lhes foi concedida, optaram por uma autolimitação, vale dizer, renunciaram a autonomia posto que grande parte dos cursos transformaram em máximo o currículo mínimo afastando a flexibilidade, variedade e regionalização curriculares expressas pelas habilitações específicas (especializações) que viessem a atender ao dinamismo intrínseco do Direito e às possibilidades reais dos corpos docente e discente. (MELO FILHO, 1984, p. 45)

A crítica do autor, nesse ponto, é bastante justa; hoje, tanto no meio público quanto no particular, ou diga-se instituições públicas como nas privadas, desconhece-se que alguma instituição tenha usado destas possibilidades e oferecido um campo mais temático ao acadêmico do Direito, no intuito de formar cidadão com um intelectual mais perspicaz em determinada área ou conhecedor, com maior profundidade, dessa área do Direito com suas singularidades e particularidades.

## 5. A Portaria-MEC n. 1.886, de 30-12-1994

Em 1980, o Ministério da Educação nomeou uma comissão de especialistas a fim de avaliar as condições dos cursos jurídicos; assim declarou Álvaro Melo Filho:

<sup>32</sup>Visando a uniformizar sua atuação e procedimentos, na área dos cursos de Direito, o Conselho Federal de Educação indicou

---

31 – MELO FILHO, Álvaro. *Metodologia do ensino jurídico*, 3ª ed., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 1984, 45 p.

32 – MELO FILHO, Álvaro. *Metodologia do ensino jurídico*, 3ª ed., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 1984, 53 p.



à SESu/MEC “a conveniência de ser formada uma Comissão de Especialistas de Ensino do Direito, para proceder a uma verificação em profundidade da organização e o funcionamento das faculdades de direito existentes no país, sugerindo medidas para a correção dos desvios e insuficiências em que tenham incorrido a partir da data de autorização de sua implantação”. (MELO FILHO, p. 53)

Porém, <sup>33</sup>“passados mais de 10 anos de sua apresentação, nenhuma decisão sobre a implantação da proposta foi tomada pelo Conselho Federal de Educação”; em 1991, o Conselho Federal da OAB instituiu uma comissão intitulada Comissão de Ciência e Ensino Jurídico, no intuito de levantar <sup>34</sup>“dados e análises e fazer um diagnóstico da situação contemporânea do ensino jurídico e do mercado de trabalho dos advogados, para com base neles efetivar uma proposta concreta de correção de distorções encontradas”, com base nesses estudos a comissão elaborou um relatório que fixou elementos paradigmáticos, especialmente à questão curricular, no desígnio de fixar parâmetros de avaliação.

Tal documento contém cerca de 10 itens, a serem destacados, quanto à necessidade de uma reforma no ensino jurídico: para que a OAB tivesse participação nas diretrizes curriculares, sugestão do conteúdo e agrupamentos das disciplinas no currículo, disciplinas teóricas, práticas e profissionalizantes, enfim uma série de alterações julgadas necessárias, devido às transformações sociais ocorridas ao longo dos anos.

Em 1993, essa comissão elaborou um segundo volume, e nele é feita <sup>35</sup>“uma avaliação classificatória” dos cursos, considerando uma série de fatores que levou o MEC, em março do mesmo ano, a nomear uma

---

33 – RODRIGUES, Horácio Wanderlei. *Novo currículo mínimo dos cursos jurídicos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995, p. 52.

34 – RODRIGUES, Horácio Wanderlei. *Novo currículo mínimo dos cursos jurídicos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995, p. 53.

35 – RODRIGUES, Horácio Wanderlei. *Novo currículo mínimo dos cursos jurídicos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995, p. 55.

nova comissão <sup>36</sup>“encarregada de apresentar um solução concreta para a crise que esse ensino atravessava”.

Os estudos e discussão sobre o ensino do Direito e seus rumos viveram uma série de encontros no sul, em Brasília, onde aprovaram um novo relatório, a fim de promover a “elevação da qualidade e avaliação” dos cursos jurídicos; “concluído o trabalho da Comissão, no que se refere à questão curricular, foi elaborado o anteprojeto previsto e encaminhado ao CFE, em novembro de 1994”, o que culminou com a edição da Portaria n. 1.886, de 30 de dezembro de 1994, atual legislação, que fixa as diretrizes curriculares para o ensino do Direito.

Sem estender muito, a Portaria é hoje, talvez, um marco histórico na legislação do ensino jurídico, pois já dura cerca de 18 anos. Ela <sup>37</sup>“fixa as diretrizes curriculares e os conteúdos mínimos”, amplia de 2.700 horas para 3.300 horas o curso e mantém a flexibilidade introduzida pela Resolução n. 3/72 do CFE.

Não é a intenção do presente estudo comentar artigo por artigo ou a totalidade da legislação referente ao ensino jurídico no Brasil, mas, sim, destacar, talvez, pontos-chaves que passam ou passaram despercebidos no decorrer do tempo; portanto, cabe aqui dizer que Álvaro Melo Filho, em sua obra, onde comenta a Portaria, artigo por artigo, enfatiza que existem pontos cruciais. A “portaria, 1886/94 MEC, traz uma salutar inovação aos currículos jurídicos”, em seu texto, muitos pontos necessitam uma leitura e interpretação, segundo os propósitos da comissão que elaborou o seu anteprojeto. <sup>38</sup>“Ao fixar as diretrizes curriculares, ela determina uma série de orientações que, obrigatoriamente, têm de ser levadas em consideração, não apenas na elaboração da grade curricular, mas também no tratamento que deve ser dado aos conteúdos das matérias.”

Nesse contexto, corrobora o artigo 8º que traz a possibilidade, já prevista na Resolução n. 3/72 do Conselho Federal de Educação, que

---

36 – *Ibid.*, p. 55.

37 – *Ibid.*, p. 63.

38 – RODRIGUES, Horácio Wanderlei. *Novo currículo mínimo dos cursos jurídicos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995, p. 63.

previa a possibilidade, na conclusão do curso, de dar ao acadêmico uma “habilitação específica”; segundo ele, “Tem-se aqui a autorização para que cada instituição, se assim o desejar, e de que cumprido o conteúdo mínimo, previsto para o curso, utilize os seus dois últimos anos para concentrar as atividades curriculares em uma ou mais áreas de especialização”. Por outro lado, estas áreas de especialização devem estar relacionadas com o contexto atual da localização do curso, abrangendo necessidades locais da região onde a instituição está inserida, esta conclusão se tira da leitura do final do artigo donde menciona <sup>39</sup>“segundo vocações e demandas sociais e de mercado de trabalho”.

Outro ponto determinante é a inclusão da monografia e da defesa final como requisito da conclusão do curso, o estágio de trezentas horas e a previsibilidade do estágio extracurricular, mesmo para os já formados, bem como a possibilidade de intercâmbio entre discentes e docentes de outras instituições, que no desejo de realizar aprofundamento temático em determinada área valida seu currículo às atividades desenvolvidas.

<sup>40</sup>No entanto não há como negar que as proposições que buscam aumentar o número de disciplinas teóricas de formação como forma de melhor desenvolver o senso crítico dos alunos, propiciando um ensino interdisciplinar voltado à realidade social e que vincule a prática e a teoria em seus aspectos positivos. (RODRIGUES, 1995, p. 87)

Nesse sentido, segundo o autor, a Portaria n. 1.886/94/CFE traz uma série de avanços importantes para o ensino jurídico nacional, nos dizeres do autor, se extrai uma devida distinção dos modelos e cursos jurídicos, nos quais urge que aqueles locais em que se tencionam existir demanda de contingente acadêmico mais voltado à formação de profissionais mais

---

39 – BRASIL. Portaria n. 1.886, de 30 de dezembro de 1994. Ministério da Educação. Fixa as diretrizes curriculares e o conteúdo mínimo do curso jurídico, disponível em <http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/1997/Portaria1886-MEC.htm>, 10-08-2012.

40 – *Ibid.*, p. 87.

comprometidos com a construção de um mundo acadêmico científico, capacitando indivíduos mais pensantes, com uma visão cultural e humanística do Direito; e de outros com a formação profissionalizante ou técnica, informativa, capacitando indivíduos com uma perspectiva mais operacional do Direito.

## **6. O ENEM, o ENADE e o controle de qualidade do ensino jurídico**

A questão do ensino no Brasil sofre com inúmeros contratempos: o professor é considerado um profissional pouco valorizado, o ensino é tido como de baixa qualidade, surgem greves escolares, são propostas<sup>41</sup> alterações curriculares, nesse passo a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, (LDB) foi o instrumento alavancador da manutenção do ensino, proposta como ferramenta da submersão do ensino no Brasil.

Cabe aqui esclarecer que a proposta do presente trabalho não é divagar sobre o ENEM e ou ENADE, mas cabe colocar que, para que o estudante possa chegar à faculdade, ele deve ter passado pelo ENEM e, ao sair, irá prestar o ENADE, situações que são cruciais para a manutenção da qualidade do ensino, e consequentemente para o ensino jurídico.

Outra consideração que se faz é que a proposta inicial do trabalho é trazer um panorama geral do ensino jurídico no País, por meio dos currículos, da legislação pertinente e de passagens históricas. Na verdade, a proposta é refazer os caminhos percorridos pela legislação e controle do ensino, o que não se poderia deixar de fora médias tão significativas quanto à avaliação dos cursos, que não é só para o ensino jurídico, mas para todo o ensino superior.

O Exame Nacional de Cursos, o já extinto ENC-Provão, foi criado em forma de exame aplicado aos formandos, no período de 1996 a 2003, com o objetivo de avaliar os cursos de graduação da educação superior.

A LDB como é conhecida, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei n. 9.394/96, traz em seu bojo disposição fundamental, bem como

---

41 – BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, acessado em 20-06-2012, disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm).

mecanismos de fiscalização e controle da qualidade do ensino, tanto na seara do ensino médio como superior; nesse passo ela tem, em seu artigo 9º, o instrumento para conter qualquer deslince de má formação educacional dos estudantes brasileiros. Assim, transcrevo o dispositivo para melhor elucidar o dito:

<sup>42</sup>Art. 9º A União incumbir-se-á de:

- I - elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
- II - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios;
- III - prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva;
- IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;
- V - coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;
- VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;
- VII - baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação;
- VIII - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;

---

42 – BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, acessado em 20-06-2012, disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm).

IX - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.

§ 1º Na estrutura educacional, haverá um Conselho Nacional de Educação, com funções normativas e de supervisão e atividade permanente, criado por lei.

§ 2º Para o cumprimento do disposto nos incisos V a IX, a União terá acesso a todos os dados e informações necessários de todos os estabelecimentos e órgãos educacionais.

§ 3º As atribuições constantes do inciso IX poderão ser delegadas aos Estados e ao Distrito Federal, desde que mantenham instituições de educação superior.

O dispositivo em apresso, referido no artigo 9º, incisos V e VI da Lei n. 9.394/96, regulamentado pelo <sup>43</sup>Decreto n. 5.773/96, tem como intuito uma avaliação periódica, de competência do Ministério da Educação (MEC), que se concretiza em 1998 com a proposta de avaliar as competências e habilidades fundamentais dos estudantes do Ensino Médio e sua inserção na sociedade e no exercício da cidadania.

Criou-se o ENEM, em um contexto de reforma do Ensino Médio, e introduziu importantes mudanças na educação brasileira.

A avaliação proposta em forma de prova, foi instituída em 1996, na LDB, e em 1998 efetivamente se concretizou, e vem sendo aplicada como forma de coibir qualquer desvirtuamento na qualidade do ensino.

O ENEM, como é conhecido o Exame Nacional do Ensino Médio, é aplicado nacionalmente, tem como objetivo <sup>44</sup>“avaliar o desempenho do estudante ao fim da educação básica, buscando contribuir para a melhoria

---

43 – BRASIL. Decreto n. 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino, acessado em 20-07-2012, disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm#art79](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm#art79).

44 – <http://portal.inep.gov.br/web/enem/sobre-o-enem>.

da qualidade desse nível de escolaridade”. Nesse contexto, a competência para a instituição, tanto do ensino superior como no ensino médio, é do INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Está regulado também pelo Decreto n. 5.773/2006, em seu artigo 3º, o qual atribui que as competências para as funções de regulação, supervisão e avaliação serão exercidas pelo Ministério da Educação, pelo Conselho Nacional de Educação – CNE, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP e pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES.

O ENADE foi criado no propósito de avaliar o desempenho dos estudantes do ensino superior e integra o <sup>45</sup>“Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), tem o objetivo de aferir o rendimento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências”.

A Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004, instituiu o SINAES, com o objetivo de assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos do art. 9º, VI, VIII e IX, da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

O SINAES tem por finalidade a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

A Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004, que criou o SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, admite a avaliação acadêmica por amostragem, é uma avaliação periódica trienal aplicada para os primeiros e os últimos anos dos cursos superiores, possui regulamentação

---

45 – <http://portal.inep.gov.br/enade>.

própria por portarias publicadas pelo Ministério da Educação, que é o órgão estatal competente.

Outro item importante e que merece destaque é a obrigatoriedade do ENADE, ele é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, sendo inscrito no histórico escolar do estudante somente a sua situação regular com relação a essa obrigação, atestada pela sua efetiva participação ou, quando for o caso, dispensa oficial pelo Ministério da Educação, na forma estabelecida em regulamento.

Nesse passo, as avaliações fazem parte do acervo curricular dos acadêmicos, e é instrumento de avaliação da qualidade dos cursos superiores no País, isso demonstra uma clara preocupação estatal com a qualidade da educação de um modo geral.

Outra consideração que se pode fazer é que durante toda a história educacional superior no Brasil, que se dá como marco inicial à criação dos cursos de Direito de Olinda e São Paulo, houve um crescimento considerável.

Em consulta ao *site* do MEC, <sup>46</sup><http://emec.mec.gov.br/>, pode-se ter um panorama do volume dos cursos jurídicos no País. Existem 1.243 cursos de Direito no total; destes, 1 encontra-se *sub judice*, 19 em extinção e 55 extintos; em efetiva atividade de forma regular são 1.165 cursos. Dessa forma, temos que, no Brasil, nasceram dois cursos jurídicos iniciais e em 185 anos tivemos um crescimento de 1.241 cursos.

## 7. Conclusão

O trabalho apresenta uma análise da evolução histórica do ensino jurídico no Brasil e seus reflexos na grade curricular dos cursos de Direito, da codificação e do Direito brasileiro, ainda quando colônia de Portugal, e sua relação com o Direito português, para posteriormente demonstrar um modelo, inicialmente proposto pelo Império, para as primeiras faculdades de Direito criadas no Brasil, o que culminou com o perfil dos cursos jurídicos atuais.

---

46 – <http://emec.mec.gov.br/> (acessado em 28-08-2012); [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12467&Itemid=783](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12467&Itemid=783).



Conclui-se que a proposta inicial dos cursos jurídicos era formar a elite político-administrativa do Império, o que inicialmente constituiu-se de dois cursos jurídicos com uma formação amplamente homogênea e humanística. O que contribuiu para essa formação de linha de pensamento foi a edição da lei, de 1827, que criou os cursos e que de forma inflexível fixou o currículo com as cadeiras a serem ministradas pelos docentes. Esse perfil, inicialmente imposto, reflete-se ainda nos dias de hoje, pois se conclui que a filosofia inicial não alterou os cursos jurídicos, que não mudaram seu perfil, pois ainda formam um grande número de acadêmicos, que procuram o curso no intuito de serem conhecedores da legislação, adequando-se a uma desenvoltura para ocupar cargos públicos.

Outro ponto de engessamento dos cursos jurídicos era a necessidade e o poder que a coroa exercia sobre o ensino jurídico, necessidade esta que fica clara quando se conduz, historicamente, que a coroa portuguesa não permitia o crescimento intelectual da população, não investindo em educação no Brasil.

No que tange aos currículos, a orientação dada pela corte durou até o início da primeira república, quando uma nova proposta para o ensino no Brasil foi inserida e retirou a rigidez imperial, onde o Estado mantinha o controle até do conteúdo a ser ministrado e dos compêndios a serem produzidos, em uma espécie de censura ao ensino do Direito.

A exclusão das cadeiras de Direito Eclesiástico e de Direito Natural configura claramente a cisão do Estado com a Igreja, retirando o caráter humanístico das faculdades de Direito; este caminho do ensino do Direito, percorrido pela legislação, passou a ser apontado por muitos como um dos principais motivos da decadência do ensino do Direito no País.

Nos anos 80, a preocupação com o estudo e aprendizado do Direito gera um alvoroço institucional, tanto pelos órgãos estatais quanto pela entidade de classe da categoria (OAB), em relação à formação dos cientistas e aplicadores do Direito; o então Conselho Federal de Educação, por meio da Resolução n. 3 de 1972, introduziu o novo currículo mínimo, na tentativa de reorganizar o ensino do Direito, período este denominado de contemporâneo.

Hoje ainda se fala em crise do ensino jurídico no Brasil; não há que se olvidar quanto às medidas tomadas pelo governo em prol das melhorias; a edição da Resolução n. 3/72 flexibilizou o ensino jurídico, mas não foi aproveitada pelas instituições de ensino; o que elas mantêm, ainda, são currículos rígidos e ao estilo imperial, sem se ater às inovações.

Ainda falando em crise do ensino jurídico, não há o que falar, pois a OAB, entidade de classe, diante da aparente decadência do ensino jurídico, reclamada por si própria, tomou as rédeas da situação, o órgão intituiu-se avaliador do curso e se assevera a avaliar os acadêmicos quanto à sua formação para o exercício da profissão.

Por outro lado, o próprio governo criou mecanismos de avaliação do ensino, o Provão, que avalia a qualidade dos cursos superiores não sendo aplicados somente aos cursos de Direito, mas a todos os demais cursos superiores.

A Portaria n. 1.886 mantém-se como atual; apesar de sua idade, parece suprir as necessidades, pois não se apresentam projetos inovadores capazes de alterar a concepção do ensino, aos modelos que foi criada.

O Conselho Federal de Educação e o MEC, juntamente com o Governo Federal, quanto à abertura do ensino a distância e possibilidade dos cursos a distância, inclusive o curso de Direito, o que se faz menção é de que o ensino jurídico vai bem, obrigado.

### Referências bibliográficas

BASTOS, Aurelio Wander. *O ensino jurídico no Brasil*, 2ª ed., rev., atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.

BRASIL. *Constituição imperial de 1824*. Acessada em 19-04-2012, disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm).

BRASIL. *Decreto n. 5.773, de 9 de maio de 2006*. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Acessado em 20-07-2012, disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm#art79](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm#art79).

BRASIL. *Lei imperial de 11-08-1827*. Acessada em 19-04-2012, disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LIM/LIM-11-08-1827.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-11-08-1827.htm)

BRASIL. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Acessada em 20-06-2012, disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm).

BRASIL. *Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004*. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm), acessada em 20-07-2012.

BRASIL. Leis, etc. *Collecção de decretos, cartas imperiais e alvarás do Império do Brazil de 1825*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885, p. 4. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/revista/Rev\\_63/Dec\\_1825.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_63/Dec_1825.htm).

BRASIL. *Portaria n. 1.886, de 30 de Dezembro de 1994*. Fixa as diretrizes curriculares e o conteúdo mínimo do curso jurídico. Acessada em 10-08-2012, disponível em <http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/1997/Portaria1886-MEC.htm>.

BRASIL. *Resolução n. 3, de 25 de fevereiro de 1972, do Conselho Federal de Educação*. Acessada em 20-04-2012, disponível em [http://www.google.com.br/#hl=pt-BR&gs\\_nf=1&pq=resolu%C3%A7%C3%A3o%20%20de%201972%20do%20cf%20e&cp=25&gs\\_id=3&xhr=t&q=resolu%C3%A7%C3%A3o%20%20de%201972%20do%20CFE&pf=p&scient=psy-ab&oq=resolu%C3%A7%C3%A3o+3+de+1972+do+CFE&gs\\_l=&pbx=1&bav=on.2,or\\_gc.r\\_pw.r\\_qf.&fp=cce1764ad68c084c&biw=1280&bih=649](http://www.google.com.br/#hl=pt-BR&gs_nf=1&pq=resolu%C3%A7%C3%A3o%20%20de%201972%20do%20cf%20e&cp=25&gs_id=3&xhr=t&q=resolu%C3%A7%C3%A3o%20%20de%201972%20do%20CFE&pf=p&scient=psy-ab&oq=resolu%C3%A7%C3%A3o+3+de+1972+do+CFE&gs_l=&pbx=1&bav=on.2,or_gc.r_pw.r_qf.&fp=cce1764ad68c084c&biw=1280&bih=649).

CABRAL NETO, Antônio (organizador). *Flexibilização curricular: cenários e desafios*. Natal, RN: EDUFRN – Editora da UFRN, 2004. 122 p. *Coleção Pedagógica* n. 6. Disponível em <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&e&src=s&source=web&cd=2&ved=0CE8QFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.sistemas.ufrr.br%2Fshared%2FverArquivo%3FidArquivo%3D665244%26key%3D54d444e9cc74e2c25da0d80cfb26cf53&ei=Nd4bULuBMiuy0QGyWYAI&usg=AFQjCNFiXGafDToIoLhS8vGXWL0OTVNVvg>, 03-08-2012.

GOMES DA SILVA, Nuno J. Espinosa. *História do Direito Português*, Fontes de Direito, 1991, 2ª ed., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

LEITE, Maria Cecília Lorea. *Decisões Pedagógicas e Inovações no Ensino Jurídico*. 2003. 386f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

LOBATO, Anderson Orestes C. *A crise do Ensino Jurídico: mitos e perspectivas*. Porto Alegre: Textual Educ, v. 1, n. 2, p. 28-33, agosto 2003, disponível em [http://www.sinprors.org.br/textual/agosto2003/Ensino\\_direito.pdf](http://www.sinprors.org.br/textual/agosto2003/Ensino_direito.pdf).

MELO FILHO, Álvaro. *Metodologia do ensino jurídico*, 3ª ed., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

NEVES, Rita de Araújo. Ensino jurídico: avaliando a aprendizagem a partir de uma experiência de associação teoria/prática, *JURIS*, Rio Grande, 11: 111-122, 2005. 113 Edição comemorativa, 45 anos, Direito/FURG. <http://www.seer.furg.br/index.php/juris/article/view/584/12>.

REALE, Miguel. *Horizontes do Direito e da História*, 3ª ed., São Paulo: Saraiva, 2000, 2ª tiragem, 2002.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei; JUNQUEIRA, Eliane Botelho. *Ensino do direito no Brasil: diretrizes curriculares e avaliação das condições de ensino*. Florianópolis: Fundação Boiteux.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei. *Novo currículo mínimo dos cursos jurídicos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

SILVA, E. M. T. Ensino de Direito no Brasil: perspectivas históricas gerais. *Psicologia Escolar e Educacional*, Campinas, v. 4, n. 1, p. 307-312, 2001. ISSN 1413-8557. <http://www.scielo.br/pdf/pee/v4n1/v4n1a08.pdf>.

<http://portal.mec.gov.br/>

<http://www.inep.gov.br/>